

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

28

MA

CEDI - P. I. B.
DATA 17 12 / 86
COD 0K001

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

6a. DELEGACIA REGIONAL

PROGRAMAÇÃO 1985

SÃO LUÍS DO MARANHÃO
MARÇO/1985

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

APRESENTAÇÃO

A Sexta Delegacia Regional da FUNAI, com sede em São Luís do Maranhão, atende atualmente a uma população indígena de cerca de 10.000 pessoas distribuídas em 11 etnias e 15 reservas indígenas. São estas as etnias:

01 - Tenetchara (Guajajara e Tembê)	7.300
02 - Urubu-Kaapor	530
03 - Guajã	Aprox. 300
04 - Canela (Ramkokamekra)	760
05 - Canela (Apanyekra)	286
06 - Gaviões (Pukobye)	321
07 - Krikati	347
08 - Timbira Krepûkateye	49
09 - Timbira Kokuirekateye	09
10 - Tobajara	53
11 - Guarani	13

Desses, os três primeiros, tradicionais no Maranhão, fazem parte da grande família linguístico-cultural Tupi-Guarani. Os Guarani, que também pertencem a esta família, são recentes à região, vindos do Mato Grosso do Sul, e se abrigaram na Reserva Pindaré, dos índios Guajajara, a seu convite. Sua permanência é bem-vinda, a FUNAI vem lhes prestando apoio, porém é imprevisível o prolongamento de sua estadia na reserva.

As etnias 4 a 9 pertencem à família linguístico-cultural Jê do Norte, sub-divisão Timbira Oriental. São todos tradicionais do Maranhão e habitantes preferenciais das áreas de cerrado, se bem que há etnias Timbira que se adaptaram às áreas de floresta. Os Krepũkateye, tradicionais das matas do médio rio Grajaú, e os Kokuirekateye, do baixo Mearim, chegaram a ter populações muito reduzidas, quase se extinguindo. Para sobreviverem lutaram com muita obstinação pelo direito de permanecer em suas terras ou mesmo se mudando para terras já garantidas de outros povos indígenas.

Os chamados Tobajara são índios remanescentes de aldeamentos que existiam na Serra do Ibiapaba, estado do Ceará. Migraram para o Maranhão no início da década de 50 e a partir de 1970 foram aceitos na Reserva Pindaré. Às vezes são confundidos com índios Timbira - o que locamente significa índios não-Guajajara - mas eles próprios não se recordam de uma auto-denominação.

As 15 reservas indígenas se distribuem ao longo dos vales dos rios Pindaré, Turiaçu, Gurupi, Grajaú e Mearim. Podem ser considerados em três divisões básicas:

Área do Baixo Pindaré-Tuariaçu-Gurupi

01 - Reserva Pindaré (demarcada)	15.002 ha	Guajajara Tobajara Guarani Kokuirekateye
02 - Reserva Alto Turiaçu (demarcada)	530.524 ha	Urubu-Kaapor Guajã Tembê
03 - Reserva Carú (demarcada)	172.667 ha	Guajajara Guajã
04 - Reserva Awa-Gurupi (não demarcada)	+ 350.000 ha	Guajã

Área do Alto-Pindaré

05 - Reserva Arariboia (demarcada)	415.589 ha	Guajajara
06 - Reserva Governador	41.643 ha	Gaviões-Pükobyé Guajajara
07 - Reserva Krikati (não demarcada)	+ 90.000 ha	Krikati

Área de Barra do Corda-Grajaú

08 - Reserva Guajajara-Cana Brava-Lagoa Comprida (demarcada)	145.013 ha	Guajajara
09 - Reserva Uruçu-Juruã (demarcada)	12.567 ha	Guajajara
10 - Reserva Canela (demarcada)	125.212 ha	Canela-Rankokamekra
11 - Reserva Porquinhos (demarcada)	79.520 ha	Canela-Apanyekra
12 - Reserva Bacurizinho (demarcada)	82.432 ha	Guajajara
13 - Reserva Morro Branco (demarcada)	004 ha	Guajajara
14 - Reserva Rodeador (demarcada)	2.342 ha	Guajajara Canela
15 - Reserva Geralda-Toca Preto (não demarcada)	16.588 ha	Krepûmkateye

A nível local essas reservas abrigam 17 postos indígenas as
sim distribuídos:

- Pindaré	Reserva Pindaré	Mun. Bom Jardim
- Alto Turiaçu	Reserva Alto Turiaçu	Turiaçu
- Canindé	Reserva Alto Turiaçu	Carutapera
- Guajã	Reserva Alto Turiaçu	Monção
- Carú	Reserva Carú	Bom Jardim
- Awã	Reserva Carú	Bom Jardim
- Arariboia	Reserva Arariboia	Amarante
- Canudal	Reserva Arariboia	Amarante
- Zutina	Reserva Arariboia	Amarante
- Angico Torto	Reserva Arariboia	Amarante
- Krikati	Reserva Krikati	Montes Altos
- Governador	Reserva Governador	Amarante
- Guajajara	Reserva Guajajara- Cana Brava- Lagoa Comprida	Barra do Corda
- Cana Brava	Reserva Guajajara- Cana Brava - Lagoa Comprida	Barra do Corda
- Canela	Reserva Canela	Barra do Corda

- | | | |
|---------------|---------------------|----------------|
| - Porquinhos | Reserva Porquinhos | Barra do Corda |
| - Lacurizinho | Reserva Bacurizinho | Grajaú |

Há ainda 08 postos de vigilância, sem estatuto de posto indígena, assim distribuídos:

- | | | |
|---------------------------|-------------------|----------------------|
| - PV-1 - Água Branca | Reserva Carú | Programa Awá |
| - PV-5 - Juriti | Reserva Carú | Programa Awá |
| - PV-2 - Impucira | Reserva Carú | PI Carú |
| - PV-3 - Novo Carú | Reserva Carú | PI Carú |
| - PV-4 - São João do Carú | Reserva Carú | PI Carú |
| - PV Cachoeira | Reserva Guajajara | Ajud. Barra do Corda |
| - PV Barreirinha | Reserva Guajajara | Ajud. Barra do Corda |
| - PV Coquinhos | Reserva Guajajara | Ajud. Barra do Corda |

As reservas da área de Barra do Corda-Grajaú são jurisdicionadas pela Ajudância de Barra do Corda, que está subordinada à 6a. DR. Nesta Ajudância há uma Casa do Índio e uma equipe médica que cobre os postos jurisdicionados. Há, finalmente, duas equipes médicas que estão sendo alocadas para cobrir as duas áreas restantes, atendendo assim as necessidades de assistência de saúde aos índios concentrados naquelas áreas. O caso dos índios Guajá, por merecer atenção especial devido serem esses índios um povo nômade em sua maioria ainda sem contato, estão sob a responsabilidade de um Programa Awá, que co

ordena as atividades dos PI Guajá e Awá, dos PV Água Branca e Juriti, as relações de contato e a constituição de seu território próprio.

A 6a. Delegacia Regional é formada por uma equipe que conta com uma assessoria jurídica e um corpo de funcionários que inclui engenheiros, antropólogo, indigenistas e pessoal administrativo.

Em São Luís, existe uma Casa do Índio que abriga uma média de 60 índios por dia que vêm a tratamento médico e em trânsito de visita ou negócios.

PROBLEMÁTICA INDIGENISTA

A 6a. Delegacia Regional, bem como o seu antecessor do tempo do SPI, a 3a. Inspeção Regional, tem uma história bastante atribulada. Conseguiu, por um lado, pelo esforço e dedicação de alguns funcionários que marcaram a sua época, e pela luta consciente dos povos indígenas, a demarcação de uma boa parte de suas reservas indígenas. Este êxito vem precedido da atuação do SPI na década de 20 e na década de 50. Por outro lado, nem sempre se mostrou à altura da dignidade dos povos indígenas assistidos, trazendo prejuízos às suas organizações sócio-culturais a distorcendo as suas relações com o mundo circunvizinho, seja por atos administrativos, seja pela má formação e informação de seu quadro de pessoal. Muitas vezes essas relações se agravaram a ponto de ter havido expulsão de funcionários de áreas indígenas e mesmo a tomada da Delegacia recentemente. Quase sempre, no seu papel de mediadora, a 6a. DR, teve conhecimento e habilidade no trato com os índios do Maranhão. Por outro lado, a renovação da política indigenista a nível nacional se reflete pela reformulação atual da política

regional. O plano de interiorização da assistência médica nas três áreas principais, é uma meta que agora começa a tomar pé e que auspiciará um conhecimento médico mais efetivo das populações indígenas e desta forma um aumento da melhoria do nível de saúde dessas populações. O trabalho de reinserção dos economias indígenas dentro das condições existentes na economia regional, pela racionalização das expectativas e pelo retorno ao próprio trabalho começa a ter suas primeiras repercussões positivas e dão condições para a criação de uma Programação mais segura para este ano e para os anos em frente. Este é um passo que ainda não havia sido dado na história recente da FUNAI. Por fim, a renovação do quadro de pessoal e a aplicação de um método de trabalho baseado numa nova filosofia indigenista são augúrios de uma nova era.

SAÚDE

Do ponto de vista de saúde, os povos indígenas do Maranhão se apresentam em variados graus de bem-estar. A ser medido pelo índice de crescimento, os Tenetehara (Guajajara-Tembé) se situam em alto patamar. São atualmente cerca de 7.300, quando eram 4.000 em 1975 a 3.000 em 1950. Os Timbira em geral apresentam um crescimento muito pequeno, excetuando os Canela-Ramkokamekra. Os Urubu-Kaapor vinham decaindo de população desde 1943, quando eram cerca de 1.090 pessoas, chegando ao seu nadir em 1978 com apenas 440. Hoje lentamente se recuperam e somam 530. Os Guajá que mantêm contato ainda estão em processo de decréscimo populacional. Por exemplo, eram cerca de 100 no PI Guajá em 1973 e baixaram até 25 em 1982, sendo agora 34.

Assim, a assistência médica oferecida não pode ser atribuída um êxito. A recuperação lenta dos Kaapor deve-se à iniciativa de um Chefe de posto de chamar médico fora da FUNAI para avaliar e exercer tratamento sobre índios. O crescimento dos Gua

jajara deve-se ao grande aumento de filhos por casal, causado pela suspensão de tabus pós-parto nas últimas décadas. Embora não haja estatísticas, pode-se calcular que em todas as etnias a mortalidade infantil ainda atinge níveis alarmantes, entre 300/1000 e 100/1.000, variando às vezes de uma área para outra.

EDUCAÇÃO

Quase todas as etnias têm vontade e condições de adquirir conhecimento formal da sociedade brasileira mais ampla, sobretudo através da educação escolar. Já há em muitas áreas escolas e programas de ensino, seja por monitores bilingues, seja pelo método de professores formados. Muitos alunos já adquiriram instruções até a 7a. série e alguns têm possibilidades de prosseguir nos seus estudos. Há por outro lado, uma carência de ensino profissionalizante e mesmo de ensino de técnicas agrícolas e mecânicas.

ECONOMIA

A sobrevivência física e étnica dos povos indígenas tem como base atual a manutenção e preservação do seu território e seus recursos naturais, e o estabelecimento de relações econômicas equilibradas com o mundo que os cerca. Em primeiro lugar, existe uma necessidade urgente de demarcar as últimas três áreas ainda não demarcadas, quais sejam, a Reserva Krikati, a Geralda-Toco Preto e a Awã-Gurupi. Em outras áreas, como a Urucu-Juruá, Cana Brava e Porquinhos, há invasores que precisam ser retirados. Enfim, tem-se que manter um trabalho vigilante em determinadas áreas, como aquelas próximas a estradas e cursos de rios muito habitados, por onde costuma haver invasões ou esbúlios do patrimônio indígena.

Em segundo lugar, os índios do Maranhão, excetuando os Guajá, mantêm relações econômicas efetivamente desequilibradas com a economia de mercado. Isto é, a sua demanda por bens exteriores não se equilibra com a sua oferta de produtos comerciáveis. Nos últimos anos esse desequilíbrio tem aumentado assustadoramente devido ao aumento da demanda sem o concomitante aumento da oferta. A principal consequência disto, tem sido o reflexo desagradador na própria economia de uso causando o não aproveitamento de roças e outros recursos naturais e desta forma trazendo a fome e a desnutrição interna.

Ao se dar conta desta relação entre economia de troca e economia de uso, a FUNAI deverá buscar condições para aumentar a produtividade da economia de uso para obter excedentes para a economia de troca. Em outras palavras, incrementar as atividades agrícolas e promover lentamente as atividades pastoris e extrativos, onde cabidas.

PROGRAMAÇÃO 85

Considerando os dados apresentados, a atuação da 6a. DR deve necessariamente se pautar por uma filosofia de trabalho que compreenda os povos indígenas como parte integrante da nação brasileira e do estado do Maranhão, no seu presente e no seu futuro. A preservação do seu território é um aval do futuro deste estado, tanto pela manutenção de bens naturais e um equilíbrio ecológico, como pela condição sine qua non da continuidade de todo um povo. O trabalho indigenista deve nascer do reconhecimento das necessidades de sobrevivência dos povos indígenas e do seu crescimento perante o povo brasileiro mais amplo. A participação indígena nas decisões de política indigenista deve ser buscada e valorizada sempre com o compromisso de esclarecimento e diálogo, nunca baseado em métodos paternalistas ou enganadores.

A partir do surgimento do Convênio FUNAI/CVRD, em 1981-82, uma série de acontecimentos se deram no âmbito da 6a. DR que distorcem ainda mais as funções da FUNAI como tutora e mediadora das relações inter-étnicas no Maranhão. A criação de uma nova equipe médica de saúde não decorreu no melhor atendimento médico. As construções de enfermarias e escolas muitas vezes foram baseadas em projetos megalomaniacos e insensatos. E sobretudo a falta de uma política indigenista que orientasse a distribuição de recursos, redundou na doação gratuita de dinheiro a propósito de formação de roças cujos resultados este ano deram exatamente no contrário, isto é, a não existência suficiente de alimentos em muitas aldeias indígenas favorecidas.

A programação 1985 deverá se pautar pela constituição de uma política de apoio baseada nas seguintes prioridades:

- Saúde
- Educação
- Economia

Dentro da primeira prioridade está previsto uma política de interiorização do atendimento médico através da extinção do conceito de Equipe Volante de Saúde e a substituição por Equipes Médicas Locais. Foram eleitas três áreas centrais para as equipes médicas atenderem. As áreas são as mesmas que geograficamente se situam nos contornos do Baixo Pindaré-Turialça-Gurupi, sendo o Posto Pindaré o seu local de apoio; a área Arariboia-Krikati-Governador, com o PI. Arariboia como base de apoio; e a área de Barra do Corda para servir aos Postos daquele município e Grajaú.

Serão criados vários ambulatórios em aldeias que necessitam deles, seja pelo seu tamanho, seja pela sua centralidade em relação a outras aldeias.

Todas as equipes médicas farão, dentro de sessenta dias, seus planos de atendimento e suas previsões de medicamentos e atendimentos hospitalares. Haverá portanto uma determinada verba específica a este programa que atenderá aos postos indígenas.

Serão ministrados cursos de renovação de atendimento de saúde para monitores de saúde, atendente e auxiliares e outro pessoal que se achar necessário.

A medicação e hospitalização deverá ser computada como parte do Programa de Saúde.

EDUCAÇÃO

O Programa Educação compreende a reciclagem do programa de monitoria bilingue, a contratação de professores monolíngues para áreas necessitadas e o apoio a alunos que precisam estudar em cidades como Barra do Corda, Santa Inês e Grajaú. A construção de pequenas escolas em aldeias centrais também poderá ser destacada. O ensino profissionalizante necessita a construção de vários tipos de infra-estrutura, tais como viveiros, campos agrícolas, escolas técnicas e mecânicas, etc. Para isso é preciso ter áreas reservadas e infra-estrutura elétrica. Certamente a melhor maneira de iniciar este projeto seria a partir da criação de Ajudâncias localizadas. A programação deste projeto para 1985 poderia ser colocada a partir de uma reserva orçamentária e sua realização seria condicionada ao desenvolvimento da programação já encaminhada.

ECONOMIA

No plano interno, o Programa Economia se baseará em dois projetos que visem o fortalecimento da economia e de sua produtividade.

Esses são o Projeto Financiamento a Produção e o Projeto Gado.

A - Projeto Financiamento a Produção: se baseará na instalação de cantinas ou fortalecimento do capital das existentes visando o financiamento do custeio das roças.

O financiamento constituirá na abertura de crédito proporcional a dimensão das roças e será reembolsado quando no final da colheita.

O teto do financiamento para cada família será no máximo ao produzido em 5 Linhas de Roça - aproximadamente 02 hectares e será liberado proporcionalmente as etapas realizadas.

A utilização do crédito será de livre escolha, mas será incluído as ferramentas e a semente que o financiado necessitam para a sua roça (vide modelo em anexo).

Visamos com este sistema beneficiar as comunidades como um todo e conseguir capital para o financiado nos anos seguintes.

B - Projeto Gado:

01 - Criação de um estoque de aproximadamente 450 vacas, 50 reprodutores, 100 burros arreados, 1.000 bolas de arame, 600 Kg de sementes de capim, 1.000 Kg de pregos, 2.000 Kg de sal mineral e 1.500 conjuntos de vacinas. O valor aproximado deste estoque é de Cr\$ 500.000.000 a preços atuais.

02 - A distribuição deste gado se dará ao longo de 1985 e 1986 quando uma aldeia obtiver as seguintes condições:

a - Criar uma área de pastagem mínima equivalente a 1 hectare por 02 cabeças de gado a ser recebida.

b - Comprometer-se às seguintes condições:

- O gado pertence a aldeia ou aldeias destinadas de antemão e não a indivíduos.

- A comunidade indígena se encarregará, por decisão conjunta, de manter este gado sem auxílio de nenhum funcionário da FUNAI ou vaqueiro contratado.

- Haverá uma carência de 02 anos, a partir da data do recebimento do gado, no qual período o gado não poderá ser morto ou alienado por nenhum motivo.

- Após esta carência, o gado macho poderá ser alienado, morto ou trocado em benefício da comunidade.

- Haverá uma nova carência de 03 anos (totalizando 05 anos desde o recebimento inicial) antes que o gado, em sua totalidade passe às mãos da comunidade para se aprovar dele como bem entender, seja a nível individual, seja na manutenção do sistema em vigor.

03 - O critério da distribuição do gado, condicionado ao item 02 e alíneas acima, será baseado na seguinte tabela populacional.

01 - Aldeia com menos de 25 pessoas - recebe gado junto a aldeia vizinha

02 - Aldeia entre 25 e 50 pessoas - 05 cabeças

03 - Aldeia entre 50 e 100 pessoas - 10 cabeças

04 - Aldeia entre 100 e 150 pessoas - 15 cabeças

05 - Aldeia entre 150 e 200 pessoas - 20 cabeças

06 - Aldeia entre 200 e 300 pessoas - 25 a 30 cabeças

07 - Aldeia entre 300 e 400 pessoas - 35 a 40 cabeças

08 - Aldeia entre 400 e 500 pessoas - 45 a 50 cabeças

09 - Aldeia com 500 pessoas e mais - 50 cabeças.

04. - O Projeto Gado se comprometerá a fornecer sementes de capim, arame para cercar pastagem, sal mineral e vacinações e medicamentos veterinários pelo prazo de 05 anos a partir do recebimento do gado. Depois disso a comunidade se encarregará de manter este gado por sua própria conta. (Vide modelo anexo)

OUTRAS NECESSIDADES

Dentro dessas três prioridades ainda se inserem dois itens imprescindíveis. Um são as construções de escolas e ambulatórios a serem feitos em aldeias centrais.

Outro são as contratações de pessoal, sobretudo cantineiros, técnicos agrícolas, atendentes de enfermagem, professores monitores bilíngues e de saúde, e, para o Programa Awá, intérpretes, mateiros e indigenistas.

Há, por fim, a necessidade de aparelhar alguns postos indígenas, como o recém-criado PI Zitiua, a alguns postos de vigilância já criados e provavelmente que terão que ser criados. Viaturas básicas para os postos, em alguns casos, tratores de porte médio e caminhões também são previstos.

Esta programação será do conhecimento de todas as comunidades que serão comunicadas através de correspondência que enviaremos aos respectivos líderes. (Programa em anexo)



MINISTÉRIO DO INTERIOR

Fundação Nacional do Índio — FUNAI

6ª Delegacia Regional

PROJETO GADO

TERMO DE COMPROMISSO

O Projeto Gado foi criado na 6ª Delegacia Regional da FUNAI para promover o conhecimento e a prática de criação de gado bovino entre as populações indígenas a nível das aldeias. Qualquer aldeia com mais de 25 pessoas poderá ser incluída e participar deste projeto uma vez que preencha os seguintes requisitos:

01 - Tenha pastagem cercada com arame farpado suficiente para o número de gado que lhe couber conforme a tabel abaixo:

Aldeias de 25-50 pessoas - 05 gados - 05 hectares

Aldeias de 50-100 pessoas - 10 gados - 08 hectares

Aldeias de 100-150 pessoas - 15 gados - 12 hectares

Aldeias de 150-200 pessoas - 20 gados - 15 hectares

Aldeias de 200-250 pessoas - 25 gados - 20 hectares

Aldeias de 250-300 pessoas - 30 gados - 25 hectares

Aldeias de 300-350 pessoas - 35 gados - 30 hectares

Aldeias de 350-400 pessoas - 40 gados - 35 hectares

Aldeias de 400-450 pessoas - 45 gados - 40 hectares

Aldeias de 450-500 pessoas - 50 gados - 45 hectares

Aldeias de mais de 500 pessoas - 60 gados - 60 hectares

Observação: As aldeias com menos de 25 pessoas poderão somar com aldeias vizinhas para ter gado em conjunto.

02 - Comprometa-se a cuidar deste gado de forma comunitária e por suas próprias mãos e esforço, sem que a FUNAI precise contratar vaqueiro.

03 - Não matar nem alienar nenhum gado, por nenhum motivo, até o prazo de 02 anos de carência após o recebimento do gado.

04 - Findo este primeiro prazo, os bois e garrotes machos poderão ser trocados por novilhas, ou vendidos ou mortos para o benefício da comunidade.



MINISTÉRIO DO INTERIOR

Fundação Nacional do Índio — FUNAI

6ª Delegacia Regional

05 - Após 03 anos mais, isto é, findo o prazo de 05 anos de carência, o gado poderá ser alienado ou trocado conforme o desejo da aldeia.

A 6ª Delegacia Regional se compromete a fornecer:

- 01 - O arame e a semente de capim necessários para a formação da pastagem.
- 02 - A alimentação suplementar, isto é, sal mineral, e os medicamentos e vacinações pelo prazo de 05 anos após o recebimento do gado, findo o qual a responsabilidade única e total passará à comunidade receptora.
- 03 - Um burro selado e arriado para cada conjunto de 40 gados.

Este termo de compromisso, uma vez lido e compreendido pelos membros da aldeia, deverá ser assinado em 05 vias, por todos os índios adultos da aldeia receptora, que assim se obrigam a cumprir os seus termos, garantindo dessa forma a permanência do gado na aldeia e a assistência prometida pela FUNAI.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI
6ª DELEGACIA REGIONAL

PROGRAMAÇÃO AGRÍCOLA

SATRA _____

POSTO INDÍGENA _____ ALDEIA _____

NOME DO BENEFICIÁRIO: _____

Nº DE COMPONENTES DA FAMÍLIA: _____ FORÇA DE TRABALHO: _____

Nº DE LINHAS IMPLANTADAS: _____ DISTANCIA DA ALDEIA _____

CONTROLE/CULTURAS:

CULTURAS	Nº LINHAS	NECES/SEMENTES	PROD/LINHAS	TOTAL

VALOR DO FINANCIAMENTO: R\$ _____

ATIVIDADE	% FINANÇ.	VALOR (Em Cr\$)	DATA	% REALI
ARCA E DERRUBA	20%			
SEMENTE E FERRAM. ETC.	10%			
PLANTIO	20%			
1ª CAPINA	10%			
2ª CAPINA	20%			
COLHEITA	20%			

NOTA: O financiamento incidirá em 50% da área plantada de arroz, podendo as percentagens estipuladas acima serem variáveis.

AVLIAÇÃO DAS ETAPAS

DATA DA VISITA _____

OBSERVAÇÕES _____

FOLHETO EXPLICATIVO

1)- Nº DE COMPONENTES DA FAMÍLIA:

- nº de pessoas que compõem a família.

2)- FORÇA DE TRABALHO:

- nº de pessoas aptas ao trabalho agrícola.

3)- Nº DE LINHAS PLANTADAS

- Este dado deverá ser levado em conta a real capacidade familiar. As vezes os índios exageram no total de linhas que na verdade não tem condições de executar.

4)- VALOR DO FINANCIAMENTO:

- É de 50% da área plantada de arroz.

EXEMPLO:

- Suponhamos que uma família irá plantar 10 linhas de roça, então o valor do financiamento será para 5 linhas, que é 50% da área plantada de arroz. Estima-se a produção de 10 sacas por linha, portanto a colheita prevista será de 50 sacas de arroz. Aplica-se o valor previsto pela CFP(PREÇO MÍNIMO), tem-se o valor correspondente ao financiamento.

- As porcentagens prevista para as etapas poderão ser variáveis, conforme as necessidades de execução.

5)- FORNECIMENTO DA CANTINA E AQUISIÇÃO DA CANTINA

- Deverá indicar a data do fornecimento das mercadorias, quantidade, (EmCr\$), tipo de mercadoria. O mesmo procedimento deverá ser seguido para AQUISIÇÃO DA CANTINA.

6)- AVALIAÇÃO DAS ETAPAS:

- Neste ítem deverá constar:

- 1)- O andamento dos serviços agrícolas, por exemplo, se a broca foi toda realizada ou qual o tamanho da área brocada;
- 2)- A data de início e término das etapas agrícolas;
- 3)- Estágio de Desenvolvimento(arroz), embonecamento(milho), granação e maturação etc.
- 4)- Tratos Culturais recomendados
- 5)- Ponto de colheita.

PROGRAMA AWA
RELATÓRIO INICIAL

Mércio Pereira Gomes,
Antropólogo e Coordenador
São Luis, 10 abril 1985

MODELO DE CARTA AOS ÍNDIOS

Prezados Amigos da Aldeia

Este ano que já se iniciou, a 6a. DR, conseguiu ampliar a atuação do Convênio CVRD/FUNAI para todas as reservas e postos indígenas do Maranhão, a fim de beneficiar todos os índios em pé de igualdade. Este Convênio vai procurar atender as comunidades indígenas naquelas necessidades maiores, nas áreas de saúde, educação e na economia indígena. Cada aldeia receberá ajuda na medida do possível este ano e nos anos seguintes. Para este ano, foram muitos os pedidos de construções de ambulatórios, açudes, escolas e outras coisas mais. Alguns não poderão ser atendidos este ano porque simplesmente não haverá condições para construir tudo de uma vez. Porém, os pedidos, uma vez examinados e aceitos, poderão ser atendidos em outros anos.

Em todos os postos, a 6a. DR, pretende criar um sistema de cantina que venha a favorecer a economia e o bem-estar de todos os índios. Esta cantina comprará toda a produção indígena a preço local e se encarregará de vender em outros centros para repor o dinheiro utilizado na compra. Também venderá os produtos básicos a preço local ou até mais barato para alguns produtos.

Qualquer aldeia poderá este ano receber uma pequena ajuda em gado logo que consiga fazer as benfeitorias necessárias para

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

receber o gado, tais como pastagem cercada etc. A FUNAI se compromete a ajudar nas vacinações do gado por cinco anos, mas toda a mão de obra será dada pela comunidade e o gado deverá pertencer a toda a comunidade por igual, não por indivíduos. Veja o Termo de Compromisso para receber o gado, antes de fazer a sua decisão.

Pretendemos iniciar o trabalho de aviventação das áreas já de marcadas. Para isso haverá uma ou mais equipes de aviventação e parte do trabalho poderá ser feito pelos próprios índios com a supervisão da equipe de trabalho. Em algumas áreas poderá ser cercada com arame farpado para melhor proteção. A 6a. DR, como parte regional da FUNAI, sente que a partir deste ano o Brasil está começando a mudar, para melhor. É preciso que haja mais responsabilidade e mais diálogo entre os funcionários e os índios do Maranhão. Há necessidade de demarcar as terras dos índios Krikati, dos Timbira-Krepûmkateye (Geralda Toco Preto) e dos Guajã, e estas serão as nossas prioridades máximas. Deveremos fazer o possível para que ao terminar este ano, todos os índios do Maranhão tenham suas terras demarcadas e garantidas para sempre. Daí caberá aos próprios índios a sua defesa e manutenção, auxiliados pela FUNAI.

Para essa aldeia foi programado as seguintes realizações e que serão cumpridos mais ou menos no período citado:

NOTA EXPLICATIVA

A previsão de construções para o exercício de 1985, não implica na exigibilidade do início da obra ainda neste exercício.

As obras só serão iniciadas quando comprovadamente existir condições de término, antes da época chuvosa.

A ordem de prioridades é a seguinte:

- 1a. As construções de Casas de Farinhas
- 2a. Os ambulatórios
- 3a. As escolas
- 4a. As reformas de Casa de Farinha e Ambulatório
- 5a. Outras reformas
- 6a. Outras construções

As obras não iniciadas ou concluídas neste exercício, serão realizadas no exercício seguinte.

Estas obras praticamente encerram os investimentos do Projeto nessa rubrica.